

Introdução

O presente estudo refere-se a uma pesquisa acerca da dependência química na adolescência, seus impactos no âmbito familiar, e principalmente o papel da família no processo de tratamento do adolescente. Para isso, buscamos no primeiro capítulo conhecer em um breve histórico as transformações sofridas pelo adolescente nesta fase de transição, apontamos o papel da família enquanto eixo que move as relações sociais desses indivíduos e fechamos com uma discussão sobre o uso de drogas na adolescência.

Entende-se que a adolescência é uma fase conflituosa da vida devido às transformações biológicas e psicológicas vividas. Surgem as curiosidades, os questionamentos, à vontade de conhecer, de experimentar o novo mesmo sabendo dos riscos, e um sentimento de ser capaz de tomar as suas próprias decisões.

É o momento em que o adolescente procura a sua identidade, não mais se baseando apenas nas orientações dos pais, mas também, nas relações que constrói com o grupo social no qual está inserido, principalmente o grupo de amigos.

A propósito, Nery Filho e Torres (2002), apontam que a amizade torna-se uma relação de pessoas específicas no qual o adolescente cria novos laços afetivos estabelecendo assim, um círculo social reduzido e homogêneo, em que os jovens encontram sua própria identidade num processo de interação social.

Também realizamos uma análise sobre a instituição familiar, que é o eixo que move as relações sociais dos indivíduos. Desta maneira, compreendemos que a família enquanto instituição socializadora deveria ser conhecida desde seus primeiros modelos de constituição até aos moldes mais contemporâneos onde sua estrutura toma diversas formas.

A família nuclear burguesa foi e é um dos moldes mais conhecidos de estrutura familiar, na qual os papéis são categoricamente bem definidos onde o pai é o provedor e chefe da casa e a mãe assume o papel de esposa e a ela é

designada a educação dos filhos e organização do lar. Aquela família que não fosse composta de tal maneira era estigmatizada como desestruturada ou incompleta.

O processo de modernização dos modelos de família é estigmatizado com a entrada da mulher no mercado de trabalho e na complementação da renda doméstica. A partir daí, as mudanças na família conforme afirma Sarti (2003 p.43), relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Este processo foi impulsionado basicamente pelas mulheres, a partir de um fato histórico fundamental: a possibilidade de controle da reprodução que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

Atualmente, podemos observar as mais diversas formas de organização familiar, onde existem os recasamentos e a união de homossexuais. Os casamentos são motivados não mais pela união das famílias e sim pelo afeto, a mulher conquistou sua liberdade de expressão sexual, não há mais a exigência de virgindade para que haja o enlace matrimonial, etc.

Ao iniciarmos a discussão sobre o uso de drogas na adolescência buscamos apoio nos mais diversos autores que possibilitassem o esclarecimento de questões que fazem parte de nosso cotidiano e que são tão pouco exploradas no âmbito familiar e social.

A droga aparece na adolescência muitas vezes como uma ponte que permite o estabelecimento de laços sociais, propiciando ao indivíduo o pertencimento a um determinado grupo de iguais, ao tempo que buscam novos ideais e novos vínculos, diferentes do seu grupo familiar de origem (Nery Filho e Torres, 2002 p.31)

Gorgulho (1996 p.163) acredita que numa situação de drogadição entre adolescentes, a família pode ajudar reconhecendo sua parcela de participação no que está ocorrendo. Depositar toda responsabilidade no adolescente, ou como afirma Scivoletto (2002 p.72) nas “más companhias”, não só não solucionará o problema, como também não parece muito condizente com a

realidade.

A autora ainda diz que muitas vezes o uso de drogas torna-se veículo onde o adolescente grita por limites ausentes. “O adolescente tem de ser limitado, permitir que ele se desenvolva não é deixá-lo fazer o que bem entender”. Porém, muitos familiares tendem a ignorar o fato, reconhecendo a problemática apenas quando esta se agrava e foge do controle.

Ao descobrirem que o filho adolescente está usando drogas, alguns pais tendem a se sentirem culpados, questionando-se onde erraram na educação do filho, o motivo de tal fato estar acontecendo com eles já que nunca deixaram faltar nada em casa. Outros pais buscam a internação de seus filhos esperando um método de cura imediata. Há alguns que recebem a notícia acusando o grupo social a qual o filho pertence.

Há alguns casos em que se torna comum às famílias terem em casa uma “farmacinha” com analgésicos, calmantes, na qual as pessoas vão tomando, muitas vezes sem prescrição médica, pensando numa solução química para os seus problemas ou simplesmente para relaxar.

Há ainda o álcool que costuma ser usado no diminutivo como cervejinha, uisquinho entre outros, como forma de amenizarem os seus males. Esses elementos não são encarados como drogas. E para o filho ver o pai se embriagar e a mãe se dopar com calmantes se torna normal.

Conforme afirma Scivoletto (2002 p.72) em seus estudos acerca do tratamento psiquiátrico de adolescentes usuários de drogas e do papel da família neste tratamento, o núcleo familiar geralmente está assustado e desorientado quanto à abordagem do problema, Nery Filho e Torres (2002 p.29) completam dizendo “... Além de sentimentos de angústia, desespero e impotência nos familiares, busca-se um culpado para o que, em geral, passa a ser um drama familiar”.

Quando a família busca orientação, informa-se e desmistifica conceitos estigmatizados pelo senso comum, as possibilidades de avanço no processo

de tratamento do adolescente são consideráveis,

Neste sentido o acompanhamento familiar durante o tratamento do adolescente, independente do modelo abordado, vai repercutir nos resultados positivos do processo de sensibilização do usuário, e principalmente, a família acumula conhecimentos e cria condições de estabelecer um convívio familiar mais saudável.

No segundo capítulo realizamos uma discussão sobre o tratamento da dependência química do adolescente e a importância do acompanhamento familiar na eficácia do mesmo. Observamos que um dos primeiros entraves sobre tal discussão é a realização do diagnóstico da dependência do adolescente, na qual muitas vezes é confundida com a rebeldia própria da fase. Também observamos que ainda não existe um tratamento específico para esta fase da vida, de maneira que o modelo de tratamento aplicado aos adultos é o mesmo direcionado aos adolescentes.

Compreendemos que tal fato compromete as possibilidades de avanço no tratamento do adolescente, que diferente do adulto está em pleno processo de desenvolvimento tanto orgânico como social. Assim, percebemos, há necessidade de avanços no processo de tratamento da dependência química na adolescência, no qual atualmente é visto como um caso de saúde pública.

Também discutimos sobre as políticas públicas sociais vigentes na área da dependência química articuladas pelo Ministério da Saúde em conjunto aos órgãos de saúde mental, em específico aos de álcool e outras drogas, e entre eles os CAP's ad. Por fim, realizamos a análise dos dados e dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

1 Uso de Drogas na Adolescência e as Relações Familiares

1.1 Adolescência e Período de Transição – Breve Histórico

A palavra adolecer vem do latim e significa “crescer, engrossar, tornar-se maior, atingir a maioridade” (TIBA, 1985), o novo dicionário Aurélio da língua

portuguesa (HOLANDA FERREIRA, 1975), diz que adolescente é aquele que “está no começo, que ainda não atingiu todo vigor”.

Outeiral (1994 p.06) define adolescência como

Uma palavra com dupla origem etimológica e caracteriza muito bem as peculiaridades desta etapa da vida. Ela vem do latim ad (a, para) e olecer (crescer), significando a condição de processo de crescimento. Em resumo o individuo apto para crescer. A adolescência também deriva do adolescer, origem da palavra adoecer, temos assim, nesta dupla origem etimológica, um elemento para pensar esta etapa da vida: aptidão para crescer (não apenas no sentido físico, mais também psíquico) e para adoecer (em termos de sofrimento emocional, com as transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida).

Nery Filho e Torres (2002) mostram que a adolescência é um período de profundas transformações que impõe ao jovem grandes exigências de adaptações, é uma fase de imensas crises existenciais, onde o adolescente passa por uma etapa de insegurança por sentir-se impelido de abandonar o ponto de partida em que referenciais históricos são rompidos e um novo caminho traçado.

O adolescente é um viajante que deixou um lugar e ainda não chegou no seguinte. Vive um intervalo entre liberdades anteriores e responsabilidades/compromissos subseqüentes; vive uma última hesitação antes dos sérios compromissos da fase adulta (LOSACCO, 2005 p.69).

De acordo com Scivoletto (2004, p.34), a adolescência é uma fase onde todos estão à procura de sua própria identidade. É o momento em que querem ser reconhecidos por serem eles mesmos e não mais filhos de alguém. Começam a questionar as normas da casa, tentam escolher seu próprio caminho. Na busca de sua identidade passam a ter idéias e ideais próprios, deixando de se espelhar apenas nos pais para se deixar influenciar também pelo grupo de amigos.

Aberastury apud Freitas (2002 p.36), define a adolescência como:

Um momento crucial da vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento. As modificações psicológicas que produzem neste período, e que são o correlato de modificações corporais, levam a uma nova relação com os pais e o mundo. Isso só é possível se se elabora, lenta e dolorosamente, o luto pelo corpo infantil, pela identidade infantil e pela relação com os pais na infância.

Knobel apud Freitas (2002 p.37) chama o luto infantil de Síndrome normal da adolescência.

Busca de si mesmo e da identidade temporal; manifestação da evolução sexual que irá do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; atitude anti-social ou associal de diferentes intensidades; contradições da conduta dominada pela ação, e que constituem numa nova forma de expressão. O processo de luto sempre abarca uma sensação de tristeza e desinteresse pelo mundo externo, entretanto, este não pode ser visto como uma patologia semelhante aos de uma enfermidade. É importante frisar, que as imensas transformações durante este período não se estabelece apenas com o adolescente, a família também passa por um processo de estranhamento diante de tal fase.

Segundo Outeiral (1994 p.16) uma das tarefas centrais da adolescência é a independização. Esta não é uma ruptura com a família, mas sim a transformação de vínculos infantis de relacionamento por um outro tipo de vínculo mais maduro, mais independente e mais adulto.

Conforme Freitas (2002), os pais que de um momento para o outro deixam de ter uma criança e defronta-se com um adolescente, geralmente sentem-se perdidos. A maturidade dos filhos sempre provoca nos pais uma condição conflituosa, pois a partir deste momento, devem abandonar as expectativas e imagem que criam para si frente ao filho.

Quando os pais aceitam que o filho precisa mostrar que é alguém com vontade

própria e independente, essa fase ocorre de maneira mais tranqüila. Entretanto, muitos pais podem se sentir desautorizados e tendem a pressionar mais o filho, o que pode iniciar um verdadeiro cabo-de-guerra (SCIVOLETTO, 2004, p.34).

Conforme Caldeira (1999 p.16), as primeiras contestações, geralmente, ocorrem no ambiente familiar, onde o adolescente começa a questionar comportamentos que lhes são impostos como se fossem leis e passa a exigir da família e do ambiente que o cerca, respostas coerentes aos seus questionamentos. Isso significa a entrada do indivíduo numa nova realidade, com a qual ele vai se relacionar de forma particular e que lhe permitirá reconhecer-se enquanto sujeito.

É nessa tentativa que o indivíduo se permite experimentar diversas situações, abstraindo dessas experiências para si, um novo sentido para a sua vida, redefinindo sentimentos e valores. É claro que essa nova consciência de si traz consigo uma série de experiências primeiras que, consciente e/ou inconscientemente, marcaram o vivido na infância desse indivíduo. E é esse novo sujeito que, dentro do contexto em que vive, assumirá novas formas de se posicionar diante da vida e de responsabilizar-se por si mesmo.

Na opinião de Grynberg e Kalina (2002, p.17) na adolescência o mundo se descortina, é um salto com vistas para um renascimento, na qual este questiona a conhecida vida familiar, os conceitos tradicionais, regras e padrões pré-estabelecidos, em busca de algo que seja realmente seu.

Desta maneira o adolescente começa a descobrir o que lhe foi indevidamente imposto, a série de pressões vindas não sabe bem de onde, e que muito do que acreditava lhe pertencer – sentimentos, expectativas, opiniões, objetivos – realmente não lhe diz respeito algum. Ele não os criou. Recebeu-os prontos, como se fossem os mandamentos de uma lei.

Culturalmente vivemos em uma sociedade que por um lado promove um conjunto de normas bem definidas, comportamentos rigidamente moldados e dogmas incontestáveis. Por outro, ostenta uma política de pretensa aceitação e

acolhimento de toda uma cultura jovem. Este tipo de dualidade forja profundas desorientações no adolescente, de maneira que a cada tentativa de trazer as claras suas expressões renovadas, levanta-se contra ele um leque de pressões e imposições.

Minelli (2005) afirma que existem três aspectos desta transição que podem ser apontados: a mudança da relação com os pais, o estabelecimento de novas relações e a integração ao grupo de amigos. A emancipação aos pais é uma tensão entre duas forças opostas, o controle dos pais e o desejo do filho de libertar-se dele e alcançar sua independência. Esta é a etapa da vida durante a qual se experimenta uma necessidade irresistível de rebelar-se contra a autoridade e procurar a independência.

Por isso, a criança que há pouco tempo recebia sem questionar as repreensões de seus pais, obedecia a seus preceitos e desfrutava sua companhia, transforma-se de repente em um jovem insubordinado e respondão, que rechaça suas orientações, infringe suas normas disciplinares e prefere andar só ou com os amigos, a compartilhar com seus pais as atividades familiares.

Scivoletto e Morihisa (2001 pp.30-33) são categóricas quando afirmam que:

Uma questão fundamental na adolescência é a separação e a individualização do adolescente em relação à família. O estresse e a ansiedade advindos dessa fase aumentam a vulnerabilidade dos adolescentes à pressão dos amigos. Se por um lado ganham autonomia em relação a seus pais, por outro lado adquirem uma forte aliança com seus colegas. Nesse movimento, a influência do grupo e a "modelagem", isto é, a imitação de determinados comportamentos a partir de um ídolo, que em geral é o líder do grupo, tornam-se especialmente importantes.

Minelli (2005) observa que a imagem dos pais e sua influência no comportamento dos filhos também mudam, porque as relações verticais, baseadas na autoridade, transformam-se gradativamente até converter-se em uma interação horizontal, alimentada pelo afeto, admiração e respeito. Trata-se

de uma mudança provida pelo desejo de liberdade e originada de uma nova imagem mais humana dos pais e também mais acessível aos filhos.

A autora ainda diz que a amizade torna-se uma relação de pessoas específicas, onde o adolescente cria novos laços afetivos, estabelecendo assim, um círculo social reduzido e homogêneo em que os jovens encontram sua própria identidade num processo de interação social.

Scivoletto reafirma dizendo que nessa procura por uma identidade própria, o jovem tenta pertencer a um grupo diferente se sua família, ou seja, ele busca “a turma” que, muitas vezes, se confunde com sua identidade (2004 p.34). Conforme Schenker e Minayo (2006 p.302), os amigos preenchem o vácuo do progressivo desprendimento da tutela dos pais e são tratados, pelos jovens, como se fossem os primeiros em importância na sua vida. Compreender esses aspectos é fundamental para a transição saudável do adolescente, podendo ser negociados, com sucesso, numa relação estruturada no afeto e apoio mútuo entre pais e filhos. Liddle et al (1998) apud Schenker e Minayo (2006 p.302) afirma que é na ausência de cordialidade, encorajamento, monitoramento e colocação suficiente de limites que os adolescentes têm dificuldade em fazer a transição entre a confiança primeira colocada nos pais para uma maior independência e foco cada vez maior nos amigos.

1.2 Contextualização da Instituição Família

Nos estudos sobre família e relações familiares, muitos autores vão dizer sobre a tendência de se naturalizar a família, ou seja, “leva à identificação do grupo conjugal, como forma básica e elementar de toda família” (BRUSCHINI, 1993, p.51).

Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação. (SARTI, 2003 p.39).

O século XVIII foi estigmatizado pelo modelo de família nuclear burguesa, composto por pai, mãe e filhos, “quando a família se afastava da estrutura do

modelo, era chamada de desestruturada ou incompleta” (SZYMANSKI, 2003 p.23).

Segundo Ariès apud Szymanski, (1975 p.251) até o século XV a família era

[...] Uma realidade moral e social, mais do que sentimental. A Família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e , quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem”.

Parsons apud Bruschini (1993, p.55), propõe o estudo da família nuclear como um pequeno grupo-tarefa, na qual os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos bem definidos.

Segundo Sarti (2003) numa visão antropológica, a família é reconhecida como um grupo social concreto, contribuindo assim, na desnaturalização e desuniversalização da mesma. Bruschini (1993, p.60) ainda sustenta que a antropologia contribui principalmente na discussão sobre o parentesco, que é considerado “uma abstração, uma estrutura formal, que resulta na combinação de três tipos de relações básicas: a relação de descendência (pais e filhos) a de consangüinidade (entre irmãos) e afinidade, através do casamento”.

Szymanski (2002 p.10) define família de uma forma mais contemporânea como:

Agrupamento humano como núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se, atendem aos idosos, formam crianças e adolescentes.

Atualmente a família enquanto instituição reprodutora de valores e cultura, e exercendo, segundo Foucault apud Bisneto (2002), sua função de micropoder,

encontra-se

em

crise.

Tanto de um ponto de vista funcionalista quanto de um ponto de vista de inspiração marxista, prevalece à idéia de que, de um modo ou de outro, a família, como instituição, vem perdendo funções e importância social; seu papel gradativamente se minimiza. A crise das famílias reais seria a crise do esvaziamento da instituição familiar. (BILAC, 2003 p.34).

Na opinião de Calderón e Guimarães (1994, p.24) a família nuclear moderna surge como uma categoria interpretativa, de maneira que o tipo ideal era compreendido como real, e os modelos eram categoricamente definidos como famílias boas, certas e estruturadas, e os novos arranjos eram vistos como disfuncionais, gerando grande crise num modelo já hegemônico.

Então, pergunta-se: Será que este é o fim da instituição familiar? Em resposta Cooper (1974) apud Lopes (1994 p.07) vem nos acalmar afirmando

A família não está morrendo, o que está agonizando é a idealização romântica, pela qual tem se aprisionado as consciências pessoais daqueles que, se envolvendo na busca de uma imagem que construíram para o outro, tornaram-se dependentes dela.

Lane (1981) discute sobre o papel ambíguo exercido pela instituição familiar, onde esta ao passo que garante a sobrevivência do indivíduo e o insere no contexto social, também funciona como uma garantia de perpetuação de valores vigentes, reprodução da força de trabalho e um eficaz mecanismo de controle social no qual os valores das classes sociais que detém o poder são garantidos através da educação dada as crianças dentro desta instituição social.

O controle social exercido pela família, em algumas situações abarca sérios conflitos de gerações entre pais e filhos, na qual estes não conseguem absorver as heranças de costumes, crenças, valores e relações sociais da estrutura familiar.

Os conflitos tendem a se intensificar no período da adolescência, em que os jovens buscam estabelecer novos vínculos afetivos, como afirma Scivoletto (2004, p.34), o jovem tenta pertencer a um grupo diferente de sua família.

Na opinião de Grynberg e Kalina (2002, p.47) estes conflitos de gerações ocorrem devido às mudanças de paradigma na família, na qual pai e filhos parecem não falar a mesma língua dificultando o entendimento recíproco.

Em casa, pais e filhos de repente tornam-se estranhos. Da noite para o dia, a distância entre as gerações se torna aguda. Esquecido de sua própria adolescência, e das expectativas que adormeceram dentro de si, o pai de hoje, adolescente de ontem, não se reconhece no próprio filho.

Vitale (2003, p.90) discute sobre a socialização primária, que se trata de uma interiorização da realidade a partir da relação entre a criança e os outros significados. Para Berger e Luckman apud Vitale (2003, p.90), esses outros significados selecionam segundo a localização que ocupam na estrutura social e mediante suas idiossincrasias individuais e aspectos da vida social a serem transmitidos. Ainda segundo Vitale a família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora.

Mesmo com a existência de inúmeros aparelhos ideológicos presentes no nosso cotidiano (escola, igreja, trabalho, comunidade e mídia), a família surge como principal aparelho na reprodução ideológica dos indivíduos.

A ideologia está presente até mesmo na representação social construída pela sociedade acerca do grupo familiar. A família é compreendida como algo natural e imutável onde os aspectos ideológicos não permitem que os indivíduos percebam que ela é uma instituição criada que atende as necessidades sociais em um dado momento histórico (CALDERÓN e GUIMARÃES, 1994 p.21).

Em seus estudos, Reis (2004, p.103) aponta que a ideologia é vinculada principalmente pelos pais, os principais agentes da educação, ensinam a ver a família como algo natural e universal, por isso, imutável.

É fato que a família é um dos aparelhos ideológicos mais eficazes na vida dos indivíduos, sendo ela, segundo Reis, “mediadora entre os indivíduos e sociedade... é a formadora da nossa primeira identidade social” (2004, p.99). Porém, também é fato que a família contemporânea tem relação cada vez mais estreita com o consumismo capitalista, onde este molda de formas intrínsecas as reproduções ideológicas nos lares de todo mundo. Este tem a mídia e outros meios de comunicações como principal mecanismo de sedução e desenvolvimento de súbitos desejos de consumir. Ainda segundo Reis (2004), o que antes era função quase exclusiva da família, é hoje disseminado por uma vasta gama de agentes sociais, que vão desde a pré-escola até os meios de comunicação em massa, que utilizam a persuasão na imposição de padrões de comportamento, veiculados como normais, dificultando a identificação do agente repressor.

O modismo atualmente tem criado grandes conflitos entre as gerações, tomando como experiência vivenciada no campo de estágio (CPTT), era notório que alguns pais não conseguiam compreender as mudanças estigmatizadas pelos tempos atuais, sendo assim, muitos tinham sérias divergências com os filhos, pois estes pareciam não possuir nenhuma “qualificação intelectual e parâmetros morais (...)” (HYGINO e GRACIA, 2003, p.37).

O grande desafio é mostrar aos pais, que tais princípios não haviam deixado de existir, eles apenas estavam com uma nova roupagem e novos significados. Paiva (2005, pp.105-106) define ética como:

O momento objetivo da vivência e da experiência dos valores; consiste, assim, no conjunto de valores que são criados por determinada comunidade. Neste sentido, a moral expressaria o momento subjetivo de um comportamento ético; em outras palavras, moral seria a capacidade do indivíduo formular suas próprias opiniões e pautas de comportamento e optar por aquele que

considerar mais correto e justo.

Muitas famílias são estigmatizadas como desorganizadas, desestruturadas ou incompletas por não se encaixarem nos arranjos que correspondem às características da “família ideal” como cita Calderón e Guimarães (1994, p.26). Os autores vão assinalar que a família ideal, tão sonhada, na maioria das vezes, muito distante da real, é veiculada pela mídia como modelo a ser seguido, e a família que não se enquadra, está fora do padrão de normalidade. Sendo assim, a família que não possui em sua composição, pai/marido, mulher/esposa e filhos, estão fora dos pré-requisitos para se constituir uma família harmônica.

Foram inúmeros os fatos que marcaram substancialmente as mudanças no interior da família, na qual Gueiros (2002) pontua o Movimento Feminista da segunda metade do século XIX como agente de mudanças, Rosa (2003, p.183) enfatiza que no Brasil este movimento intensificou-se na década de 70, caracterizado pela luta da igualdade entre os gêneros, que permitiu entre outros benefícios o controle da contracepção, e em 1988 a Constituição Federal Brasileira estabeleceu em seu art. 5º igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

O processo de modernização dos modelos de família é estigmatizado com a entrada da mulher no mercado de trabalho e na complementação da renda doméstica. A partir daí, as mudanças na família conforme afirma Sarti (2003, p.43), relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Este processo foi impulsionado basicamente pelas mulheres, a partir de um fato histórico fundamental: a possibilidade de controle da reprodução, que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

No que diz respeito à entrada da mulher no mercado de trabalho como fonte de renda complementar para a família, há que se considerar que tal motivação está associada às dificuldades sócio-econômicas, que passam a exigir que vários membros da família possam compor o orçamento doméstico, inclusive os jovens.

No caso da mulher, Gueiros (2002) sustenta que tal inserção na esfera pública certamente está atribuída aos avanços dos Movimentos Feministas. O casamento e a família também sofreram grandes influências nos debates da relação de gênero, que de acordo com Veloso (2001, p.79) era tido como uma questão biológica, que separava o sexo feminino do masculino.

Conforme Saffioti e Almeida (1995) apud Veloso (2001, p.79) Por constituir as relações sociais, o gênero apresenta-se também como constituinte da identidade dos sujeitos, atravessando e construindo a identidade tanto do homem quanto da mulher e, por isso mesmo, transcendendo o mero desempenho de papéis sociais. Homens e mulheres possuem identidades sociais básicas forjadas a partir das interconexões entre as relações de classe, gênero e raça/etnia.

A redefinição dos papéis masculinos e femininos, papéis públicos e privados, comportamento sexual definidos segundo o sexo, entre outros, foram alvos de debates e embates segundo Gueiros (2002).

Estas novas configurações familiares são cada vez mais presentes. Em suas análises Goldani (1994) apud Rosa (2003, p.186) a mulher aumentou sua participação no mercado de trabalho de 16% na década de 60 para 39% na década 90, o que de fato contribui para alterações nas relações de poder entre homens e mulheres. A autora ainda vai chamar a atenção para o crescimento numeroso de família monoparentais (somente um dos pais e filhos, residindo no mesmo domicílio) e unidade uniparentais (pessoas que moram sozinhas).

De acordo com pesquisas realizadas pela Fundação SEADE sobre condições de vida, na região Metropolitana de São Paulo nos anos de 1994 e 1998, nas famílias tipo monoparental, é majoritário o percentual de mulheres como chefe da família (59,3%).

Segundo dados do Censo Demográfico de 1980 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a participação na PEA (População Economicamente Ativa) é consideravelmente maior entre mulheres separadas

maritalmente (57%) e as solteiras (33%), sendo que “61% das mulheres-chefe-de-família tinham rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo” (SZWARCWALD e CASTILHO, 1989 apud LOPES, 1994, p.10).

Esta má remuneração a classe feminina trabalhadora, apresenta um histórico de empobrecimento, precarização do trabalho e aumento contínuo do ingresso ao mercado informal. Segundo dados do IBGE, hoje as mulheres representam praticamente metade da população economicamente ativa do país e chefiam uma em cada quatro famílias. Desta maneira, o esvaziamento do modelo de homem provedor ajudaria a explicar parte dessa dissonância em relação ao matrimônio. Sem a necessidade de contar com a ajuda financeiro do cônjuge ou parceiro, elas parecem cada vez menos dispostas a dobrar o expediente de trabalho, acumulando as tarefas domésticas.

A marca do modelo de transição da instituição familiar analisada por Medina (1997, p.19) constitui-se historicamente pela posição da mulher, que foi se modificando intensivamente, e de contra partida o homem procurando guardar a posição antiga em que ele era senhor absoluto.

O autor inicia sua reflexão através da união (matrimônio), sendo a partir dela a iniciação da construção do seio familiar, neste modelo de transição, verifica-se que a união não é mais a aliança entre duas famílias, e sim o estabelecimento de uma relação afetiva, que será duradoura enquanto tal afeto se mantiver. Se aceita, também, a dissolução do casal, sendo o aspecto afetivo principal mantenedor da união, que pode ou não ser temporária, quebrando o modelo tradicional “até que a morte nos separe”.

Assim, como no mundo do casal estigmatizado pelo afeto, o homem e a mulher tornam-se iguais, tanto no mundo doméstico quanto no mundo do trabalho, na qual ambos são responsáveis pela educação dos filhos e na manutenção da casa. Nesse sentido, a mulher não mais aceita a marca de dependência e passividade, construindo sua independência trabalhando desde cedo.

Neste modelo de transição, os papéis sociais exercidos, não são mais distintos

por sexo, como no modelo tradicional (nuclear burguês), na qual gênero era distinguido por sexo feminino e masculino. Com as mudanças societárias, o homem passou a participar das atividades domésticas, como a educação dos filhos, e por sua vez a mulher teve que exercer uma profissão (MEDINA, 1997, p.20).

Outro aspecto importante analisado por Medina (1997, p.23) é em relação à vida sexual, na qual este se torna mantenedor do convívio afetivo do casal. A fidelidade de um com o outro, passa a ser um valor, algo exercido por ambos em uma dimensão igualitária. Não se exige mais a virgindade da mulher para que a união se consuma e a possibilidade do controle da natalidade e a aceitação da vida sexual fora do casamento, colocaram o homem e a mulher num pé de igualdade.

A decisão de ter filhos é algo compartilhado pelo casal, que podem controlar ou não esse ter, sendo de responsabilidade de ambos cuidar dos filhos desde o seu nascimento. Em suma, não há mais distinção por sexo, todos fazem a mesma coisa e se substituem com facilidade. Uma flexibilidade crescente á medida em que vão crescendo até que o mundo externo ganhe mais relevância do que o mundo doméstico.

Medina conclui sua reflexão afirmando que nesta direção, há possibilidades do surgimento de alternativas, da flexibilização dos papéis, dos padrões e da organização social. Observadas por exemplo em casais homossexuais que adotam legalmente filhos; casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de cada aliança; no avanço do individualismo, no reconhecimento da infância como instancia importante, e na valorização da intimidade conjugal dentro de uma esfera pessoal e privada.

Pode-se afirmar que atualmente é possível vivenciar com facilidade quatro gerações: Filho-Pai-Avô-Bisavô, então a ruptura da família nuclear que estamos vivenciando não é devido ao fato da união ou da família ter perdido valor.

Tanto não é que há o re-casamento dos membros da união desfeita, embora

com outro parceiro. O fato é que, na sociedade atual, a aceitação de pessoas que desejam permanecer solteiras ou que preferem estabelecer relações, como casal de caráter temporário e sem ter filhos, é melhor reconhecida e tais situações não são a recusa ou desaparecimento da constituição da família, ela apenas surge com uma nova moldagem e com novos aspectos a serem construídos.

Diante de tantas mudanças pergunta-se sobre o papel dos avós nas famílias de hoje. Vitale (2005 pp.84-5) diz que com tais mudanças as famílias passaram a demandar novos papéis, novas exigências a essas figuras que surgem como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no seu sustento. Em suas análises, a autora observa que a maioria dos avós se dispõe voluntariamente a cuidar dos netos; outros, entretanto, consideram isso uma prestação de serviços e só interferem quando solicitados; outros, ainda são obrigados a cuidar dos netos pela situação econômica em que se encontram os filhos.

Em alguns casos, os avós acabam assumindo de fato a guarda dos netos, sendo estes motivados, muitas vezes pela pobreza, desemprego, aumento das desigualdades sociais, precárias condições em que vivem os netos tende, a mobilizá-los na direção de lhes prestar atendimento.

De acordo com a pesquisa perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios no Brasil (IBGE – 2000) aponta que as pessoas com 60 anos ou mais constituem 8,6% da população. O estudo revela que os idosos chefes de família passaram de 60,4% em 1991 para 62,4% em 2000. Desse universo, 54,5% vivem com os filhos e são a principal fonte no sustento destes.

Atualmente constitui-se um grande crescimento de netos e bisnetos que vivem com os avós e bisavós. De 2,5 milhões em 1991 passou para 4,2 milhões em 2000. Camarano (1999) apud Vitale (2005 p.97) baseando-se em pesquisa sobre o idoso brasileiro, discute seu papel na família e mostra que esse tende a passar da condição de dependente para provedor. Pode-se dizer, em geral, que o idoso está em melhores condições de vida que a população mais jovem; ganha mais, uma parcela maior tem casa própria e contribui significativamente para a renda familiar.

Calobrizi apud Vitale (2005 p.97) diz que em situações em que os filhos estão envolvidos com prostituição ou com drogas ou outras situações que retrate as difíceis condições em que estes vivem a guarda judicial é designada aos avós, que assumem seus netos mesmo enfrentando dificuldades.

Por essas razões, a figura clássica da vovozinha sentada na cadeira de balanço, cabelos brancos, fazendo tricô ou crochê, presente nos livros infantil, pouco, correspondem ao perfil dos avós atuais, possivelmente em todos os segmentos sociais, considerando-se as mudanças em que passou a família, em especial a partir da segunda metade do último século.

1.3 Uso de Drogas na Adolescência e as Relações no Ambiente Familiar

Tomando como referencia a contextualização histórica acerca da adolescência no item anterior, e utilizando as reflexões de Nery Filho e Torres (2002, p.31), pergunta-se: Porque o adolescente usa drogas? Diante de tal questão os autores afirmam:

Não existe resposta única ou homogênea. Podemos encontrar diferentes tipos de produtos, com variados efeitos procurados e desejados, bem como diferentes motivações que levam um indivíduo a usar, eventualmente ou de forma contínua e intensa, determinada substância psicoativa.

E os autores ainda sustentam que este consumo pode ser de cunho individual ou coletivo. Compreende-se que das motivações individuais de consumo, torna-se importante levar em conta os aspectos intrínsecos da personalidade do indivíduo, sua historia de vida e as circunstâncias que envolvem sua relação com a droga. Por outro lado, para compreender o fenômeno coletivo do consumo e sua expansão mundial, devem-se buscar explicações que extrapolam o âmbito das motivações individuais de consumo. É preciso compreender o papel social das drogas em cada sociedade e sua inserção, inclusive na economia e no mercado.

Na opinião de Gikovate (1992) cada ser humano tem uma história diferente, não existe uma fórmula que explique como, porque ou com que conseqüências

um jovem procura as drogas.

Grynberg e Kalina (2002 p.46) analisam o uso de drogas na adolescência como uma crise em que os jovens se defrontam com o meio social em que vivem e sua história individual. Dessa maneira os jovens acreditam estar dando provas de sua autonomia e auto-suficiência, sendo ele capaz de alcançar seus objetivos, muitas vezes não tão claros.

Os autores ainda afirmam que o uso emerge como um protesto a sua impotência de lidar com a realidade e com as forças que se movimentam dentro de si próprio, ao mesmo tempo.

O jovem precisa encontrar um ambiente familiar capaz de suportar as crises que vivencia, onde este não seja propício a resistências excessivas às suas proporções e impulsos ainda tão desordenados.

Por ser um período de transformações, o adolescente, por vezes, se sente inferior incompreendido pela família ou pela sociedade. Isso faz com que muitos desejem sumir do mundo, que se torna para eles cruel. Neste sentido, a partir de uma experimentação, o jovem vê nas drogas algo prazeroso, capaz de solucionar problemas, eliminar angústias, dando uma sensação de força, potência e realização pessoal.

Porém, sabemos que esta sensação de poder é ilusória. É uma forma de vencer suas fragilidades no momento em que se consome. Ainda citando os autores, o consumo de drogas aparece entre alguns adolescentes como uma marca inscrita nessa travessia, caracterizando-se como um uso adolescente. Para esses jovens, as drogas permitem o estabelecimento de laços sociais, propiciando ao indivíduo o pertencimento a um grupo. De acordo com os estudos de Caldeira (1999 p.15), o desafio da transgressão às normas estabelecidas pelo mundo dos adultos, a curiosidade pelo novo e pelo proibido, a pressão de seu grupo para determinados comportamentos, são alguns dos fenômenos típicos da adolescência que podem le